

O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19

Neoliberalism in pandemic times: the Bolsonaro government in the context of the Covid-19 crisis

André Dionei Fonseca

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0220-5117>

Silvio Lucas Alves da Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7798-0279>

Resumo

Situações de aguda crise, como a recessão global ocorrida entre os anos 2007 e 2008 e a que enfrentamos no contexto atual da pandemia provocada pelo Sars-CoV-2, são momentos históricos nos quais as contradições e as falácias do neoliberalismo ficam escancaradas. Isso ocorre, entre outros motivos, porque nessas situações o Estado desponta como o único agente capaz de efetivar medidas corretivas de amplo alcance, em detrimento do ideário neoliberal, que exalta o individualismo e submete todos os aspectos da vida à lógica da competitividade de mercado. Contudo, especialmente a partir da crise financeira de 2008, muitos pesquisadores têm observado que o neoliberalismo tem mecanismos de defesa por meio dos quais instrumentaliza os próprios elementos dos quadros de crise para reforçar suas doutrinas. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a centralidade do receituário neoliberal nas ações do governo Bolsonaro no decorrer desses últimos meses de enfrentamento à Covid-19. Para tanto, a partir da perspectiva da “história do tempo presente”, recorreremos às falas e principais manifestações do atual presidente reproduzidas em jornais, revistas e *sites* noticiosos que as publicam. Priorizamos as mídias que não exigem assinatura para acesso às reportagens, em razão da maior abrangência, e as que não estão no radar das denúncias de notícias falsas (*fake news*), conforme o reconhecido instrumento de monitoramento *Sleeping Giants*. E como a pandemia ainda está em desenvolvimento, fizemos um recorte específico, entre os meses de março e junho de 2020.

Palavras-chave: Covid-19; Neoliberalismo; Governo Bolsonaro.

Abstract

Situations of acute crisis, like the global recession that occurred between the years of 2007 and 2008, and the one we face in the current context of the pandemic provoked by Sars-CoV-2, are historical moments in which the

contradictions and fallacies of neoliberalism are shown wide open. This occurs, among other reasons, because in these situations the State emerges as the only agent capable of carrying out corrective measures of long range, in detriment of the neoliberal ideal, which exalts the individualism and submits all aspects of life to the logic of market competitiveness. However, specially after the financial crisis of 2008, many researchers have observed that neoliberalism has defense mechanisms through which it instrumentalizes its own elements of crisis frameworks to reinforce its doctrines. Thus, this article has as an objective to analyze the centrality of the neoliberal prescription in the actions of the Bolsonaro government during these last months of coping with Covid-19. For such, after the perspective of “history of the present time”, we recur to the speeches and main manifestations of the current president reproduced in newspapers, magazines and news sites that publish them. We prioritize media that doesn't require signature to access the journalistic reports, in reason of coverage and, and the ones that aren't on the radar of accusations of fake news, according to the recognized monitoring instrument Sleeping Giants. And as the pandemic is still developing, we did a specific cut between the months of March and June of 2020.

Keywords: Covid-19; Neoliberalism; Bolsonaro government.

Introdução

“Nunca deixe uma crise séria ir para o lixo”,ⁱ foi o título escolhido por Philip Mirowski para seu livro sobre a crise global do *subprime* de 2007-2008 (MIROWSKI, 2013). Foi nessa sentença, aparentemente trivial, que o autor firmou sua argumentação contra um conjunto crescente de pesquisadores, muitos com filiação acadêmica, em cujos estudos havia diferentes interpretações com a indicação de que o neoliberalismo, como forma de governamentabilidade, havia alcançado seu crepúsculo naquela primeira década do século XXI.

Essas intepreções, devemos reconhecer, não flutuavam no vazio das evidências. Lembremos que, naquele momento, a falência do banco Lehman Brothers e as consequentes falhas de operação no setor econômico com a segunda linha de crédito para empréstimos, chamadas de *subprime*, geraram uma bolha de mercado no portentoso setor imobiliário norte-americano. O caos foi planetário, e a corrida desesperada pelos elementos corretivos foi em direção ao governo dos Estados Unidos, que, muito diligentemente, abriu as comportas do Tesouro Nacional para socorrer o sistema econômico do completo colapso doméstico e internacional. Esse ligeiro socorro do Estado, ao soar da sirene de pânico do mercado, na visão de muitos observadores representava uma ruptura com o mais básico do receituário neoliberal, pois era uma evidente intromissão do “Leviatã” nos assuntos dos quais ele deveria manter distância. O

neoliberalismo estava ferido de morte, diziam alguns analistas; outros falavam até mesmo em um “pós-capitalismo”.

Não foi o que se observou, a começar pelo imprevisto comportamento dos leitores que, após a crise que fora saneada pelo Estado, mostraram-se sequiosamente interessados nos manualzões de papas do neoliberalismo, para maior das ironias justamente aqueles que pontificavam em favor do demiúrgico livre-mercado. Com a economia recuperada pelo dinheiro público, as livrarias viram as vendas de autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman irem às alturas (MIROWSKI, 2013, p. 19-20).

O caso é que essa situação fez com que diferentes analistas percebessem um padrão de comportamento autodefensivo do neoliberalismo em tempos de crise (HARVEY, 2008; MIROWSKI, 2013; DAVIES, 2014). No momento em que as contradições desse sistema fogem do controle, escancarando suas limitações disruptivas, que ameaçam a própria ordem vigente, medidas corretivas, que escapam à estreita bula neoliberal, são aceitas em caráter emergencial, com concessões aqui e ali, voltadas sempre para a manutenção do sistema, e não para as graves questões sociais. É assim que se tenta justificar o uso “momentâneo” do Estado nos cenários de recessão; “depois, tudo volta à normalidade”, vociferam com indisfarçável cinismo os grupos de interesse envolvidos nas milionárias transferências de recursos públicos para nichos privados. Mas é interessante notar aqui que isso ocorre não somente no campo das macroestruturas econômicas. A batalha também se dá em uma arena de tal modo abrangente que até mesmo as subjetividades dos indivíduos são objeto de disputa. Como explica Mirowski (2013, p. 60), o neoliberalismo busca “a reformulação e a reimplantação do Estado como a agência central que fabrica ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas adequadas para tornar a ficção dos mercados real e consequente”.ⁱⁱ

Decorrida uma década da crise global que suscitou todo esse debate, cá estamos nós estupefatos diante da aguda crise sanitária da Covid-19, quando já muitas vezes estão se levantando com o prognóstico de que agora o neoliberalismo tomba diante da necessidade imperiosa do Estado no controle do quadro pandêmico e de amortecimento de suas consequências sociais. Desse modo, nosso objetivo, no presente artigo, é exatamente discutir como o ideário neoliberal é capaz de se apropriar desse tipo de situação, que lhe parece em tudo desfavorável, para se fortalecer. Para isso, procuraremos demonstrar como essa tentativa de instrumentalização se manifesta nos discursos e na prática do atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro nesse contexto da pandemia mundial provocada pelo Sars-CoV-2.

Como é bem sabido, desde o final dos anos 1980 o neoliberalismo vem exercendo influência direta na forma de governamentalidade no cenário

político e econômico brasileiro. A desregularização e a privatização são fundamentos intrínsecos dos discursos de governos ditos liberais, como ocorreu no breve governo de Fernando Collor, seguido por Itamar Franco, e posteriormente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (SALLUM, 1999). Entretanto, desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, observamos o avanço de uma configuração mais agressiva de um neoliberalismo simbioticamente ligado ao “protofascismo”ⁱⁱⁱ (GIROUX, 2004).

Daí nosso interesse de observar como essa forma neoliberal, que se alçou ao poder nas eleições de 2018, vem se apropriando da crise para fortalecer seus principais dogmas. Para isso, recorreremos às falas do presidente reproduzidas por jornais, revistas e *sites* noticiosos, já que as principais manifestações do atual mandatário do Executivo têm sido feitas de modo informal, especialmente em suas conversas com apoiadores na entrada do Palácio da Alvorada. Priorizamos as mídias que não exigem assinatura dos leitores, em razão da maior abrangência, e as que não estão no radar das denúncias de notícias falsas (*fake news*), conforme o reconhecido instrumento de monitoramento *Sleeping Giants*. E como a pandemia ainda está em desenvolvimento, fizemos um recorte específico entre os meses de março e junho de 2020.

Como fica nítido, este trabalho está inserido na perspectiva analítica da história do tempo presente, uma vertente de estudos que surgiu exatamente pela necessidade de explicação histórica de eventos contemporâneos que eram relegados a outras áreas das ciências sociais e humanas. Com essa modalidade, os historiadores puderam lançar mão de seus instrumentais analíticos, para observar os diversos elementos históricos do presente em construção. Nesse sentido, sua origem está relacionada mais com uma “prática consciente de si própria” do que com imperativos historiográficos, segundo François Dosse (2012, p. 15).

Se a recomendação de Jamie Peck (2010) é analisar o neoliberalismo primeiro como condição histórica, depois como realidade, uma temática como a que trazemos neste artigo, mesmo que envolva certa sensibilidade pela polêmica do assunto e pela disponibilidade de fontes, mostra-se necessária no campo da história.

Governo Bolsonaro e as políticas neoliberais no contexto da Covid-19

Não podemos compreender o neoliberalismo apenas pelos elementos econômicos e políticos estruturais. Como a própria Sociedade Mont Pèlerin se manifestava nos projetos de declaração, já nos anos 1950 e 1960, para que o mercado competitivo se torne mecanismo plenamente plausível e independente, mesmo estando sob a legitimidade direta das instituições

políticas de Estado, é necessário que haja uma liberdade de iniciativa individual (PLEHWE, 2009, p. 23). Portanto, um dos principais desafios colocados pelos neoliberais é construir um indivíduo que esteja condicionado, em sua subjetividade, a uma racionalidade que o transforme em governador e dono de suas próprias ações e decisões (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

O problema é que esse discurso, que privilegia a autonomia do indivíduo como símbolo da liberdade, mantém todas as estruturas da vida social à mercê dos interesses econômicos, eliminando, paralelamente, outras formas de pensamento político. No Brasil, podemos observar esse movimento quando da retomada do projeto neoliberal em sua face mais desnudada, no ano 2016, após o processo ilegítimo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. De lá para cá, os grupos conservadores e liberais, irmanados, apropriaram-se desse modelo de governamentalidade em duas frentes principais. Primeiro, na tentativa de influenciar as políticas econômicas macroestruturais com as pautas reformistas, o que resultou, ainda no governo de Michel Temer, na vitória da reforma trabalhista e na aprovação do Novo Regime Fiscal (NRF) pela Emenda Constitucional nº 95. Segundo, na coordenada propagação do ideário dos *think tanks*, no qual cada pessoa deve ser o empresário de si, um empreendedor que supera por seu próprio esforço as deficiências enfrentadas pela ausência dos serviços que cabem ao Estado. Com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder, em 2019, esse programa foi abertamente colocado como agenda de governo, com majoritário apoio, nunca devemos esquecer, do Congresso Nacional.

A governamentalidade foi um termo utilizado por Michel Foucault para se referir à habilidade dos neoliberais de controlar a conduta dos indivíduos em um processo de disciplinarização social, por meio de “técnicas exercidas sobre outros e as técnicas de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). Dessa forma, a arte de governar é colocada tanto no campo macroestrutural quanto no campo das subjetividades. No plano macro, com os neoliberais tomando posse dos aparatos políticos de Estado, para garantir a manutenção do sistema, mesmo diante de suas gritantes contradições. No plano das subjetividades, pela própria vontade do sujeito, que, colocado em uma condição de empresário de si mesmo, precisa tomar as melhores decisões, com o intuito de gerenciar sua própria governamentalidade (FOUCAULT, 2008a).

No Brasil, os primeiros sintomas de um modelo neoliberal amalgamado com o profascismo surgiram nas manifestações de 2013. Os protestos aconteceram, inicialmente, contra o aumento das tarifas nos transportes públicos e contra casos de corrupção que ocasionaram o abandono dos serviços prestados pelo setor público (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 3). A pauta inicial, que nascera de uma justa reivindicação, foi sequestrada por grupos minoritários

que demonizavam a política e também o Estado. Como possível solução para reverter esse panorama, o discurso de parte dos manifestantes e de políticos neoconservadores, que se aproveitaram das marchas espalhadas pelo país, exigia a retomada de um modelo de governo baseado na meritocracia e no individualismo.

A viabilidade e as pretensas qualidades desse modelo foram seriamente confrontadas pela realidade quando a pandemia da Covid-19 se propagou pelo país. À medida que o novo vírus avançava em frenética progressão geométrica, formava-se a percepção de que o enfrentamento da nova peste só poderia ser levado a bom termo por meio de uma ação coletiva coordenada pelo Estado. Tratava-se, podemos assim dizer, de uma amostra empírica da falácia individualista neoliberal que dá sustentação ao pensamento atualmente estacionado no Poder Executivo, pois a redução de políticas que centralizavam o coletivo social como prioridade no setor público foi um fator determinante para o agravamento da crise no Brasil.

Não é demais lembrar que, desde a formação da Sociedade Mont Pèlerin, na década de 1940, até o chamado Consenso de Washington, firmado no fim da década de 1980, as políticas neoliberais foram responsáveis pelo fracasso de muitos Estados nacionais no gerenciamento de situações de calamidade pública e social (PLEHWE, 2009). No atual cenário brasileiro não foi diferente. A sobrecarga de leitos hospitalares, colheita temporã dos cortes de gastos públicos na saúde, foi o primeiro sinal de que a omissão do Estado custaria vidas humanas. A realidade da nova classe trabalhadora, que, segundo Harvey (2020, p. 21), viu-se diante da desesperadora situação de “contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente por causa da retração econômica imposta pelo vírus”, impôs-se, trazendo à tona milhares de brasileiros e brasileiras subempregados e outros tantos milhares que sobrevivem na completa informalidade. A necessidade de isolamento social, desse modo, descerrou as cortinas sociais que invisibilizavam grandes camadas de trabalhadores e trabalhadoras duramente afetadas pelas reformas trabalhista e previdenciária, ambas aprovadas na trilha neoliberal dos governos Temer e Bolsonaro com o amplo apoio, insista-se, do Congresso Nacional.

Diante dos fatos e de suas incontornáveis aporias, os discursos do presidente Jair Messias Bolsonaro tomaram o batido atalho do negacionismo inveterado. Posicionando-se de forma contrária ao isolamento social e ignorando todas as medidas de segurança definidas por instituições internacionais de saúde, o presidente passou a defender a abertura de todos os setores do comércio, com a justificativa de que “o país não vai pra frente, vai complicar a vida de muita gente. Quanto mais desemprego, mais violência” (CNN, 2020). Para o mandatário, a crise estabelecida pela pandemia não deve

interferir nas atividades econômicas, mesmo que pessoas sejam colocadas em contato com o vírus. O mercado deve construir caminhos para que a produção da estrutura capitalista continue de maneira acelerada, sem sofrer interferências externas. Com isso, a austeridade fiscal deve permanecer como política central nas decisões da instância executiva. Agindo assim, como representante dos interesses neoliberais e da extrema direita, o senhor presidente reproduz com clareza um modelo de Estado baseado na lógica da competitividade e do mercado.

É nesse tipo de posicionamento que vemos claramente como os elementos normativos da política passam a ser regidos pela biopolítica, justamente porque o neoliberalismo começa a estabelecer a racionalidade econômica como princípio de análise para todas as outras áreas do cotidiano, tendo sob essa perspectiva empírica o controle da população global (FOUCAULT, 2008a). Esse cenário teórico se encontra em perfeito diálogo com a postura do presidente no decorrer da atual crise sanitária, porque nem mesmo o fato de o planeta estar prostrado diante de uma situação de tamanha excepcionalidade o fez declinar ou mesmo minimizar momentaneamente seu posicionamento que sempre coloca o “mercado”, leia-se a classe patronal, acima dos interesses coletivos da população em geral. Além disso, com essas palavras, o presidente Jair Bolsonaro tenta constantemente terceirizar a responsabilidade de proteção contra o vírus aos próprios indivíduos.

Nos discursos proclamados em redes nacionais e mídias digitais, o presidente reafirmou, com veemência, que o caráter “inofensivo” do vírus não justificava as medidas de isolamento horizontal, especialmente o denominado *lockdown*, entendendo que “outras gripes matam mais do que essa” (VANNUCHI, 2020). Para ele, o problema do novo vírus estaria, justamente, na necessidade de aplicação de medidas que viriam a travar a economia e gerar desemprego. E, mesmo depois de o Brasil contabilizar um número elevado de pessoas mortas pela contaminação do Sars-CoV-2, para pasmo dos profissionais de saúde e das autoridades sanitárias, sem o menor pejo o presidente veio a público relativizar o perigo da pandemia viral, adjetivando a doença, que tantas vidas já havia ceifado, como uma “gripezinha”. E ainda arrematou a garrulice, já tão reprovável, com uma mal disfarçada bravata: “pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria. Ou seria, quando muito, acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho’” (VANNUCHI, 2020).

O maior erro que poderíamos cometer, quando confrontados com dizeres que espezinham a lógica e a realidade, seria o de minimizá-los, tendo em conta o perfil boquirroto que imprime uma nota um tanto cômica à personalidade do atual presidente. Dizemos isso, porque não faltam aqueles que

querem eximi-lo da responsabilidade por aquilo que fala por meio de evasivas como: “é a sua personalidade”, “é o seu jeito espontâneo”, “ele nem sabe o que está falando” etc. Devemos ter em mente, contra qualquer relativização, que todas as palavras proferidas pelo senhor presidente são carregadas de intencionalidade, e que seu pensamento, mesmo que seja levado a público com seu estilo cabotino e com uma linguagem trôpega, tem seus desígnios muito bem firmados, que, no essencial, correspondem perfeitamente aos ditames da cartilha neoliberal. David Harvey já dizia que:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ideia de ser tido por certo e livre de questionamento. (HARVEY, 2014, p. 15).

A fala do presidente, que citou pejorativamente a doença como uma “gripezinha”, foi levada às mídias no dia 24 de março de 2020. Segundo os dados do Ministério da Saúde, no dia 25 de março havia 2.433 casos confirmados e o registro de 57 mortes pela Covid-19 (FERREIRA, 2020). Podemos interpretar, dessa forma, que, pelo nível consideravelmente “baixo” de pessoas em situação de contágio, o discurso buscava deslegitimar os esforços coordenados por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), com o objetivo de minar as medidas protetivas tomadas nas esferas estaduais e municipais. Esse era mais um arroubo negacionista, cuja intenção seria alertar a população sobre uma conspiração internacional dos defensores do confinamento social. Por trás disso tudo, ainda que em mau disfarce, estava a primazia da economia sobre todas as demais esferas do social — inclusive a vida. E foi exatamente por isso, em um lance de grande desfaçatez, que o presidente fez um uso hipostasiado da noção de trabalho, que é tão cara à população, para escamotear os interesses patronais que guiavam as atitudes do governo, saindo com esta: “o maior remédio para qualquer doença é o trabalho” (VANUCCHI, 2020).

Podemos entender, dentro dessa linha de interpretação, que o projeto neoliberal não tem um comportamento puramente de rejeição do Estado; o que se espera, na verdade, é uma redefinição de suas formas e funções (MIROWSKI, 2009, p. 436). Daí o porquê de o governo vocalizar o interesse de uma minoria que pode se proteger, enquanto a roda da economia gira no contexto pandêmico, isto é, o Estado, mesmo diante da crise sanitária, deixa-se conduzir pelos interesses do “mercado”. Por esse caminho, o neoliberalismo consolida a

aplicação de condutas e técnicas que controlam a população, em uma administração racional da governamentalidade (FOUCAULT, 2008a, p. 143).

A introdução do pensamento neoliberal na subjetividade dos indivíduos se dá por meio de uma programática divulgação de ideias e imagens da realidade, que podemos chamar de ideologia (BARNETT, 2005, p. 5). Quando o presidente expressou que a única maneira possível de combater a situação de calamidade pública causada pelo novo vírus seria pela reintrodução das atividades de trabalho, contrapondo-se às pesquisas da comunidade científica mundial, a intenção subjacente era a de dar centralidade ao setor econômico na condução da crise.

A evidência desse discurso, pouquíssimo preocupado com questões relacionadas com a saúde, mas muito atento aos prejuízos econômicos gerais, revela o papel central dos Estados nacionais na defesa do elemento primário de sustentação do sistema: a plena circulação do capital em sua marcha inexoravelmente orientada para a expansão. Se Mézáros (2002), em seu célebre livro intitulado de *Para além do capital*, apontava precisamente que a desigualdade social, a fome e o desemprego são problemas estruturais do capital, temos na fala do presidente a comprovação de que as forças do capital, por seus mecanismos ideológicos, utilizam-se desse defeito estrutural para aprofundar ainda mais o protagonismo do “mercado” sobre todas as dimensões da vida humana, já que todos esses problemas, incluindo-se aí o quadro pandêmico mundial, devem ser resolvidos pela via econômica, leia-se pela continuidade das atividades de produção e comércio.

Com concepções parecidas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reafirmou essa perspectiva na seguinte frase: “O alerta é importante. Embora haja proteção, o povo [tem que ter] o dinheiro na mão, daqui a 30 dias pode ser que comece a faltar nas prateleiras e desorganizar a produção brasileira e entrar em sistema de, não só de colapso da economia, de desorganização social” (SIMÕES, 2020).

Aqui se vê, em toda a sua crueza, uma das principais características do neoliberalismo, conforme o entendimento de Willian Davies (2014, p. 21), pois, segundo o autor, sob a lógica neoliberal, as organizações e os indivíduos são julgados e medidos pela régua do mercado, mesmo quando não estão diretamente nele inseridos. Para Davies, aliás, nesse ponto o neoliberalismo se afasta de seu predecessor, exatamente porque, enquanto no liberalismo o “econômico”, o “social” e o “político” eram considerados esferas distintas, na versão “neo” as instituições e as esferas de conduta são regidas única e exclusivamente pelo estrito conceito econômico de valor.

Do posicionamento do governo salta à vista, igualmente, outro aspecto muito relevante no breviário neoliberal, ao qual já nos referimos, mas que merece ser retomado. Trata-se da engenhosidade do neoliberalismo, apontada por Thomas Lemke (2004, p. 22), de responsabilizar os indivíduos e suas representações coletivas pelo desenlace das crises causadas pelo desemprego, pelas doenças e pelas desigualdades sociais, por exemplo. Ainda no entendimento de Lemke (2001, p. 202), o neoliberalismo incentiva os indivíduos a orientarem suas vidas pela perspectiva empresarial, oferecendo-lhes a compensação muito convidativa de uma participação mais direta nas decisões estratégicas sobre os mais variados assuntos. Trata-se, evidentemente, de um estratagema, que, além de não aumentar o poder dos indivíduos nas decisões que são relevantes, ainda lhes responsabiliza única e exclusivamente por seus fracassos, pouco importando as gritantes falhas estruturais do sistema.

No caso em análise neste texto, vemos que, em tempos de crise da Covid-19, existe a intensificação de políticas que automatizam as funções consideradas burocráticas, com o intuito de reduzir os custos e gastos da máquina pública, tornando possível o controle da pandemia, sem colocar em risco o poder político. É assim que as políticas macroestruturantes, de controle fiscal draconiano, em áreas sensíveis como educação e saúde, juntam-se a uma articulada maquinaria de inculcação do autogerenciamento de si, que tem como objetivo moldar “identidades e subjetividades” (LEMKE, 2004, p. 22). Portanto, além de relacionar elementos intrínsecos das macro e microestruturas políticas, também condiciona uma forma de governança com base na ideologia (LEMKE, 2004).

Daí que, na perspectiva do presidente, para que a situação de pandemia venha a se encerrar rapidamente, o trabalhador, que é o agente mais vulnerável à contaminação, por estar na linha de frente nos ambientes laborais, deveria ter suas atividades normalizadas, sem qualquer alteração nos elementos contratuais de trabalho, não deixando de evocar, para isso, o princípio da liberdade de “ir e vir”. É evidente que a configuração desse tipo de discurso tem laços profundos com a doutrina neoliberal, para a qual a liberdade de mercado é algo canônico e que, portanto, não pode ser relativizada, nem mesmo em situações extremas, como no caso da pandemia. É o que se vê na fala do presidente, quando de seu pronunciamento para a imprensa no dia 22 de abril, na saída do Palácio do Planalto. No vídeo, reproduzido pelas principais emissoras de televisão e por *sites* noticiosos do país, o chefe do Executivo afirmou que o funcionamento das atividades comerciais seria a solução para o que de pior o novo vírus poderia causar à população: uma crise econômica. E disse mais: “o Estado não tem como zelar por todo mundo [...] lamento as mortes, mas é a realidade. Todo mundo vai morrer aqui. Não vai sobrar ninguém [...]. E se morrer no meio do campo, urubu vai comer ainda” (BRASIL DE FATO, 2020).

Esses dizeres do presidente sobre a necessidade de retomada das atividades econômicas encontram estreita conexão com a noção de “identidade da economia”, uma chave analítica que, segundo John B. Davis (2011), permite compreender como os indivíduos são constantemente influenciados a tomar a realidade apenas pela perspectiva da utilidade. Nesse mesmo sentido, John O’Neill (1998, p. 141) ressalta que o sujeito precisa, sob a ótica neoliberal, estabelecer um estado comportamental de constante esforço que lhe garanta bem-estar financeiro e psicológico, ou seja, uma forma de autosserviço em favor de sua prosperidade econômica que está diretamente imbricada com o sucesso nas outras áreas da vida social. A tentativa de convencer a população de que somente o exercício do trabalho é fonte para combater qualquer problema, inclusive os de ordem sanitária, abastece-se nessa fonte do utilitarismo econômico.

Quando o presidente apresentou à população a ideia de que a permanência no estado de isolamento é contrária à produtividade, como acontece no *lockdown*, notamos com clareza o estabelecimento de um discurso todo orientado a fortalecer o princípio da concorrência. Como esse pensamento foi reproduzido por uma liderança política de enorme representatividade, pela investidura do cargo de presidente, parte da população passou a defender esse posicionamento por um viés militante, enquanto outra parcela passou a relativizar as medidas de isolamento social em seu dia a dia, já que se encontrava no fogo cruzado da incoerência entre o que dizia os prefeitos e os governadores e as recomendações do chefe do Executivo federal. Isso representou uma importante vitória da vulgata neoliberal, com seu mantra de que no mercado livre e desimpedido está a solução para todas as grandes questões da sociedade. A noção de que o setor econômico consegue gerir os problemas da sociedade confere legitimidade às reivindicações que ignoram o saber cientificamente balizado, pois acima de tudo devem estar a “autonomia”, a “liberdade” e o “direito de escolha”, mesmo quando o que está em jogo é a vida de milhares de pessoas (DARDORT; LAVAL, 2010, p. 45).

Foi assim que os discursos pronunciados publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro animaram parte significativa do empresariado a se colocar contra as medidas de isolamento social, conforme as recomendações da OMS e das autoridades de saúde do país. As fileiras anti-isolamento, que se avolumaram com o incremento de segmentos radicais pró-governo e por líderes evangélicos de projeção nacional, logo se lançaram às ruas em diversas cidades, pedindo a volta das atividades econômicas. Não demorou muito e os reclamos relacionados com as medidas de isolamento descambaram para uma disparatada agenda inconstitucional de ataque às instituições e aos princípios democráticos fundamentais. Então, viu-se de tudo, em uma miscelânea que uniu

a defesa absurda de intervenção militar e o combate ao fantasma do comunismo, com o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional. Embora essa estupefaciente pauta heteróclita possa indicar um afastamento desses grupos do ideário neoliberal, é preciso lembrar que o neoliberalismo convive muito bem com regimes autoritários, como bem atesta o laboratório chileno dos *Chicago Boys*, que tinham como animado anfitrião o senhor Augusto Pinochet. Ademais, não custa recordar também que o próprio sumo sacerdote do neoliberalismo, o senhor Ludwig von Mises (1987, p. 53), em seu célebre livro *Liberalismo: segundo a tradição*, pintou com alegre aquarela os horrores do fascismo, atribuindo-lhe a salvação da civilização europeia por seu empedernido combate ao comunismo.

A propósito, para os agrupamentos contrários às medidas de isolamento social, o mais preocupante não era o novo coronavírus, mas, sim, o vírus do “comunismo”, que estaria se aproveitando da pandemia para impor uma “nova ordem mundial” autoritária. É desnecessário dizer que esse pensamento se firmava em um caudaloso compêndio de teorias conspiratórias, tão diversas quanto absurdas. O que mais chama atenção, contudo, é que esse tipo de visão, atentatória do bom senso, encontra guarida no auto escalão do atual governo. No dia 22 de abril de 2020, dias antes das manifestações pró-presidente e em favor das pautas de abertura econômica, o senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, publicou, em seu *site* pessoal, um texto no qual deixava explícita a ideia de correlação entre o comunismo e a pandemia. Em que pese o fato de o escrito ter vindo a público em uma página da internet de uso pessoal do senhor ministro, não há dúvida de que os pontos de vista ali expressos acabam influenciando o modo como o chanceler conduz as políticas de Estado, afora o peso de suas palavras entre as parcelas de manifestantes fortemente identificadas com as guerras ideológicas do governo.

Em seu texto, o ministro procurava criticar o livro do popular filósofo esloveno Slavoj Žižek (2020), intitulado *Vírus*, tomando-o como a prova cabal de que a doença deixava os “comunistas” animados com as perspectivas de imposição de uma “nova ordem mundial”, na qual a noção de liberdade seria relativizada (VEJA, 2020). No entendimento do chanceler, em um claro exercício de presciência apologética, o chamado globalismo, que seria a nova roupagem do comunismo pós-queda do muro de Berlim, enxergou na pandemia uma oportunidade de catalisar as ações antes ancoradas, por suas palavras, no “climatismo ou alarmismo climático”, ou na “ideologia de gênero”, ou mesmo no “dogmatismo politicamente correto, do imigracionismo, do racialismo”, quando não na “reorganização da sociedade pelo princípio da raça, do antinacionalismo, do cientificismo” (VEJA, 2020).

Esse palavreado vazio, tão próprio do universo idiomático conspiracionista, dispensa comentários mais detidos sobre a forma enviesada que se deu a leitura do livro de Žižek pelo chanceler. O importante é destacar que o texto escandalizou a imprensa nacional e internacional, em razão de um recurso argumentativo infeliz, que estabelecia um comparativo da atual situação de isolamento com o confinamento nos campos de concentração, tendo como maior destaque, pela sensibilidade do tema, a dura crítica veiculada no jornal *The Times of Israel*, em 28 de abril de 2020 (GILBAN, 2020).

No dia 16 de abril, o ministro de Estado da Saúde, senhor Luiz Henrique Mandetta, à força de manter alguma coerência com sua condição de médico, deixou o Ministério. Para o ex-parlamentar, que firmou carreira política como notório defensor do setor privado de saúde, a postura negacionista do presidente diante da pandemia extrapolava todos os limites do aceitável (SHALDERS, 2020). Sem o contraponto, mesmo que muito suave, estabelecido pelo ministro, o governo se viu à solta para dar continuidade à sua irrefreável marcha contra os consensos científicos, que apontavam o risco de colapso do sistema de saúde, pela falta de UTIs, e a necessidade de isolamento social como medida preventiva, pela ausência de vacina. Esse modo de encarar a crise ficou muito bem representado na fala do senhor presidente no contexto de uma entrevista do dia 20 de abril. O jornalista perguntou: “Presidente, hoje temos mais de 300 mortes. Quantas mortes o senhor acha que...”, no que foi interrompido, para ouvir com um tom de voz que expressava completa indignação: “Ô, ô, ô, cara. Quem fala de... eu não sou coveiro, tá?” (UOL, 2020).

Momentos antes dessa disparatada resposta, o presidente anunciava, com ares de comemoração, a possibilidade de reabertura de escolas militares do Distrito Federal, ou seja, sua atuação continuava sendo pautada pela retomada das atividades que haviam sido restringidas pela pandemia. As vidas perdidas, 300 só naquele dia, não era assunto que lhe dissesse respeito, como inequivocamente deixa ver a ríspida objeção à pergunta do jornalista. É quando vemos, quase que à semelhança de um experimento laboratorial, uma interessante amostra de governança neoliberal identificada por Achille Mbembe (2016) como “necropolítica”, ou seja, a maneira como a administração governamental realiza a gestão da vida, definindo “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135).

É assim que o governo de Jair Messias Bolsonaro atuou e vem atuando diante da crise pandêmica que assola o país. Sua visão política, como tentamos demonstrar neste artigo, é totalmente marcada por concepções neoliberais, que acabam operando em conjunto com um ideário protofacista militante que a tudo relativiza em nome de uma pauta reacionária que se alimenta em negacionismos e conspiracionismos os mais diversos. O governo, desse modo, tem sua prática

administrativa guiada por duas frentes principais de natureza neoliberal. Primeiro, pela via estrutural, com a pauta reformista abrangente instruída pelo discurso monofônico da austeridade fiscal, que se apresenta como elixir para a resolução de todos os impasses do país. Segundo, pela tentativa perene de imposição da lógica neoliberal do “empreendedor de si” na subjetividade dos indivíduos, dando-lhes a falsa sensação de autonomia, liberdade e inserção nas instâncias decisórias do ordenamento social. Os efeitos negativos desse tipo governança, tão bem apontado por incontáveis estudiosos mundo afora, podem ser observados em toda a sua nitidez nessa conjuntura em que o descontrole do Brasil no enfrentamento da Covid-19 alarma a comunidade internacional.

Considerações finais

Como foi observado na introdução deste trabalho, os contextos de grave crise, como o que atualmente enfrentamos, são vistos por muitos observadores e estudiosos como grandes oportunidades históricas, porque colocam em evidência todas as falácias do neoliberalismo, já que o porto seguro nesse tipo de tempestade é sempre buscado nas enseadas protetivas do Estado, e não no “salve-se quem puder” do mar aberto neoliberal. É bem verdade que há algo de didático na maneira como as políticas neoliberais fracassam em suas propostas mais elementares, quando confrontadas pelos quadros de colapso social, como tentamos demonstrar neste texto. Há de se considerar, contudo, que a plataforma neoliberal tem seus meios de resistir a esses desgastes e acaba se utilizando da própria crise para reforçar seus posicionamentos. É o que vimos quando a pandemia foi interpretada pelo governo como uma luta entre aqueles que queriam tolher as liberdades individuais, com suas políticas de isolamento social “forçado”, e os que enfrentavam essa visão “autoritária”, que estava interligada a uma rede transnacional de “comunistas” a serviço de uma “nova ordem mundial”.

O risível nesse esquemático modo de interpretar a crise termina exatamente quando percebemos seus efeitos diretos e indiretos. Diretos sobre os grupos de renhida militância protofascista, que veem na excepcionalidade do momento uma avenida toda aberta para desfilarem seus discursos antidemocráticos e toda sorte de autoritarismos. Indireto, mas não menos grave, sobre a população, que, naturalmente confusa com a situação pandêmica, acaba relativizando as medidas de proteção recomendadas pela comunidade científica quando percebe a falta de coesão das autoridades do país. Disso tudo, fica a certeza de que não deixar uma crise séria ir para o lixo, conforme o alerta de Philip Mirowski (2013), significa aprofundar a reflexão sobre esse tipo de crise a partir dos parâmetros acadêmicos de pesquisa e incentivar as ações de militância contra toda forma de agenda política que relativize a justiça social e a vida em

favor dos interesses puramente econômicos de nichos privilegiados da população.

Referências

BARNETT, Clive. The consolations of “neoliberalism”. **Geoforum**, v. 36, p. 7-12, 2005.

BRASIL DE FATO. Bolsonaro volta a minimizar mortes por coronavírus: “é natural, é a vida”. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/bolsonaro-volta-a-minimizar-mortes-por-coronavirus-e-natural-e-a-vida>. Acesso em: 9 jun. 2020.

CNN. Bolsonaro trata contágio como inevitável e defende volta ao trabalho. **CNN Brasil**, Brasília; São Paulo, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/18/se-dependesse-de-mim-muito-mais-coisas-estariam-funcionando-diz-bolsonaro>. Acesso em: 4 jul. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste. **Cités**, v. 41, n. 1, p. 35-50, 2010.

DAVIES, William. **The limits of neoliberalism**: authority, sovereignty and the logic of competition. Los Angeles; Londres; Nova Delhi: Sage, 2014.

DAVIS, John. **Individuals and identity in economics**. Nova York: Cambridge University Press, 2011.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, p. 5-23, 2012.

FERREIRA, Afonso. Brasil tem 57 mortes e 2433 casos confirmados de Covid-19, diz Ministério de Saúde. **G1**, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/25/brasil-tem-57-mortes-e-2433-casos-confirmados-de-covid-19-diz-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2020.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Marxismo 21**, p. 3, 2019.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

G1. Bolsonaro abre reunião ministerial lamentando mortes pelo coronavírus. **G1**, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/bolsonaro-abre-reuniao-ministerial-lamentando-mortes-pelo-coronavirus-8615028.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GILBAN, Marcus M. Brazilian foreign minister compares social distancing to concentration camps. **The Times of Israel**, 28 abr. 2020. Disponível em:

<https://www.timesofisrael.com/brazilian-foreign-minister-compares-social-distancing-to-concentration-camps/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

GIROUX, Henry. **Proto-fascism in America**: neoliberalism and the demise of democracy. Bloomington, Ind.: Phi Delta Kappa Educational Foundation, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. *In*: DAVIS, Mike *et al.* Coronavírus e a luta de classes. **Brasil: Terra sem Amos**, 2020. p. 13-24.

LEMKE, Thomas. “Marx sans guillemets”: Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme. **Actuel Marx**, p. 13-26, 2004.

LEMKE, Thomas. “The birth of bio-politics”: Michel Foucault’s lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and Society**, v. 30, n. 2, p. 190-207, jan. 2001.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Artes e Ensaios**, n. 1, p. 123-151, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIROWSKI, Philip. **Never let a serious crises go to waste**: how neoliberalism survived the financial meltdown. Londres: Verso, 2013.

MIROWSKI, Philip. Postface: defining neoliberalism. *In*: PLEHWE, Dieter; MIROWSKI, Philip (org.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Londres: Harvard University Express, 2009. p. 417-457.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

O’NEILL, John. **The market**: ethics, knowledge and politics. Londres: University of Cambridge, 1998.

PECK, Jamie. **Constructions of neoliberal reason**. Reino Unido: University of Oxford, 2010.

PLEHWE, Dieter. Introduction. *In*: PLEHWE, Dieter; MIROWSKI, Philip (org.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Londres: Harvard University Express, 2009. p. 1-45.

SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, n. 11, p. 23-47, 1999.

SHALDERS, André. Mandetta é demitido do Ministério da Saúde após um mês de conflito com Bolsonaro: relembre os principais choques. **BBC News Brasil**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52316728>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SIMÕES, Eduardo. Empresários temem que prateleiras possam ficar vazias em 30 dias, diz Guedes. **Uol**, 7 maio 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/05/07/empresarios-temem-que-prateleiras-possam-ficar-vazias-em-30-dias-diz-guedes.htm>. Acesso em: 9 jun. 2020.

UOL. “Eu não sou coveiro”, diz Bolsonaro sobre número de mortes por Covid-19. **Uol**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/eu-nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-sobre-numero-de-mortes-por-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 4 jul. 2020.

VANNUCHI, Camilo. A pandemia de Covid-19 segundo Bolsonaro: da gripezinha ao “e daí?”. **Uol**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2020/04/30/a-pandemia-de-covid-19-segundo-bolsonaro-da-gripezinha-ao-e-dai.htm>. Acessado em: 18 jun. 2020.

VEJA. Chanceler diz que mundo enfrenta “comunavírus” após pandemia de Covid-19. **Veja**, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/chanceler-diz-que-mundo-enfrenta-comunavirus-apos-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Virus: catastrophe e solidarietà**. Tradução: Valentina Salvati. Milão: Ponte Alle Grazie, 2020.

ⁱ No original: “*Never let a serious crisis go to waste* (tradução nossa).

ⁱⁱ No original: “*the remaking and redeployment of the state as the core agency that actively fabricates the subjectivities, social relations and collective representations suited to making the fiction of markets real and consequential*” (tradução nossa).

ⁱⁱⁱ O termo “protofascismo”, na visão de Henry Giroux (2004), diz respeito a um ideário marcado por uma visão social reacionária e autoritária, que relativiza a democracia e que se coloca contra as políticas sociais e os direitos humanos. São elementos definidores do protofascismo: a negação da política como forma de representação das coletividades; o estabelecimento de um Estado policialesco, que prioriza as prisões, as forças policiais, a espionagem, o armamento e a militarização; a sobrevalorização do conservadorismo de fundo religioso.

Sobre os autores:

André Dionei Fonseca - Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professor do Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA). E-mail: andredionei@yahoo.com.br

Silvio Lucas Alves da Silva - Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: silvio.lucasuf@gmail.com

